



A importância da literacia financeira para uma sociedade equilibrada e inclusiva

Francisca Guedes de Oliveira

Em 2008, foram atribuídas ao Banco de Portugal (BdP) responsabilidades de supervisão comportamental. Em 2011 cria-se o Departamento de Supervisão Comportamental (DSC) que tem como missão regular, fiscalizar e sancionar a conduta das instituições financeiras quando atuam na comercialização de produtos e serviços nos mercados bancários de retalho.

O cumprimento desta missão passa por tentar equilibrar a oferta e a procura dos diversos produtos e serviços financeiros. Do lado da oferta, o Banco de Portugal tem como objetivo promover a conduta adequada das entidades supervisionadas, garantindo a transparência da informação e assegurando o cumprimento do quadro normativo vigente. Do lado da procura, o Banco de Portugal deve contribuir para a existência de clientes esclarecidos, por forma a poderem tomar as decisões financeiras mais adequadas. A assimetria de informação entre instituições e clientes e a informação imperfeita e incompleta nos mercados bancários de retalho levam a que esta intervenção assuma um papel particularmente relevante.

A promoção da literacia financeira é, então, um eixo central da atividade do Banco de Portugal, contribuindo para um dos seus pilares da missão: a promoção da estabilidade do sistema financeiro.

Neste meu primeiro artigo para a Newsletter da Biblioteca, gostava de vos falar da importância que a literacia financeira tem na nossa missão e de que forma é que o Banco de Portugal tem trabalhado este tema.



Índice

Bibliotema • 1

A importância da Literacia Financeira para uma sociedade equilibrada e inclusiva

Em destaque • 5

Novos recursos de informação • 6

3.º Workshop de Bibliotecas • 10

(Re)afirmar o papel das Bibliotecas na sociedade

Da importância da literacia financeira

A literacia financeira capacita as pessoas para tomarem decisões informadas e inteligentes. Isso inclui decisões sobre como poupar, investir, fazer empréstimos, pagar dívidas, ou até mesmo planear a reforma. Quando as pessoas entendem os conceitos financeiros, são menos propensas a tomar decisões impulsivas e estão mais aptas a fazer escolhas que beneficiem a sua situação financeira a longo prazo. Existe claramente uma relação positiva entre o nível de alfabetização financeira e a utilização responsável do crédito, contribuindo para prevenir o endividamento excessivo das famílias. Adicionalmente, a compreensão dos conceitos financeiros contribui para uma melhor gestão das finanças pessoais, permitindo que as pessoas estejam, de um modo geral, mais bem preparadas para emergências financeiras (despesas médicas inesperadas, perda de emprego, etc.).



A literacia financeira contribui, ainda, para a proteção contra fraudes financeiras. Quando as pessoas entendem os princípios financeiros básicos são menos suscetíveis a serem enganadas e mais facilmente reconhecem esquemas fraudulentos.

Uma situação financeira saudável ajuda a aumentar o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas e contribui para uma economia mais forte e estável.

Por outro lado, a iliteracia financeira é muitas vezes uma barreira implícita, e por vezes pouco reconhecida, para a inclusão e promoção da igualdade. O desconhecimento e a falta de informação e formação financeira contribui para a exclusão dos mais vulneráveis. Cria uma distância grande entre gerações, entre pessoas com diferente rendimento e, obviamente, entre pessoas com diferentes qualificações. É, por si só, um fator de perpetuação de desigualdades.

A falta de informação e de compreensão de conceitos financeiros essenciais potencia o acesso desigual a oportunidades financeiras, limita o acesso ao crédito, pode ter um impacto significativo na educação das gerações futuras, dificulta a existência de uma rede de segurança adequada e aumenta a vulnerabilidade a golpes financeiros.

Para reduzir a desigualdade neste vetor é fundamental investir em programas de educação financeira acessíveis, eficazes e de larga escala, que capacitem as pessoas para tomar decisões financeiras informadas. As políticas públicas devem promover a inclusão através do acesso a serviços financeiros ajustados aos diferentes perfis de clientes e com recurso a uma regulamentação adequada.

Em resumo, a literacia financeira é mais do que apenas um conjunto de competências, é uma ferramenta poderosa que ajuda os indivíduos a tomar controlo das suas vidas financeiras e a construir um futuro mais seguro. Ajuda a evitar fraudes e armadilhas e abre portas a oportunidades de crescimento económico pessoal.

Além disso, a literacia financeira desempenha um papel crucial na redução da desigualdade, permitindo que mais pessoas tenham acesso a mais oportunidades.

Investir na educação financeira é, por isso, investir no futuro. Tanto a nível individual como coletivo. À medida que continuamos a promover e priorizar a literacia financeira estamos a construir um caminho para uma sociedade financeiramente mais equitativa, segura e próspera.

Por isso o Banco de Portugal não subestima o poder da literacia financeira – sabemos que pode realmente transformar vidas e moldar um futuro financeiro melhor para todos nós.

Atividades do DSC no âmbito da literacia financeira

Talvez muitos de vocês saibam que é uma das funções do BdP a promoção da literacia financeira. Mas talvez menos tenham noção da quantidade e diversidade de atividades que o DSC desenvolve.

As principais atividades de promoção da literacia financeira são desenvolvidas pela Unidade de Formação e Informação Financeira (UFIF). Por sua vez, esta unidade insere-se na Área de Acompanhamento de Mercados e Formação Financeira do DSC.

A UFIF desenvolve atividades setoriais, i.e., dirigidas ao setor supervisionado pelo Banco de Portugal e promovidas em exclusivo pelo Banco, e ainda atividades no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF). Este plano é desenvolvido em conjunto com a CMVM e a ASF¹. Embora o PNFF seja dinamizado pelos 3 supervisores, o BdP assumiu desde o seu início (2011) a presidência da Comissão de Coordenação.

Poder-se-á assinalar como primeira grande iniciativa de formação financeira do BdP o lançamento, em 2008, do Portal do Cliente Bancário. Este portal disponibiliza informação sobre as características e riscos dos principais produtos e serviços bancários de retalho. Em 2010 o BdP realizou o 1º inquérito à literacia financeira da população portuguesa e, em 2011, como já foi referido lançou, em conjunto com a CMVM e a ASF, o PNFF.

A partir de 2014 passam-se a dinamizar, com o apoio da Rede Regional, ações de formação financeira em todo o país. Em 2022, foram dinamizadas 717 ações num total de 23 426 participantes. Só na primeira metade de 2023, realizaram-se 523 ações, dirigidas a 17 606 participantes. Os temas abordados nestas ações de formação são sobretudo a gestão do orçamento e a importância da poupança, sendo que os serviços bancários digitais têm vindo a assumir um papel cada vez mais destacado.

Aliás, a progressiva digitalização dos serviços financeiros veio alertar para a necessidade de se olhar para o tema da literacia financeira digital de outra forma.

Em 2017 consagra-se a promoção deste tipo específico de literacia como uma das prioridades estratégicas do Banco.

Uma das primeiras iniciativas, neste âmbito, foi o lançamento, em 2018, da campanha de educação financeira digital *#ficaadica*², especialmente dirigida aos mais jovens. Em 2022, o Banco lançou a segunda fase desta campanha com conteúdos dirigidos a um público mais adulto.



Em maio de 2023, foi apresentada a Estratégia de Literacia Financeira Digital para Portugal (em parceria com a OCDE) que prevê um plano de implementação até 2028. O BdP coordenará esta implementação, mas sempre com o envolvimento de um grupo alargado de parceiros de diferentes quadrantes.

No âmbito do PNFF são de destacar também diversas iniciativas. Desde 2012, realiza-se anualmente o Concurso Todos Contam, que visa premiar os melhores projetos de educação

¹ Comissão do Mercado de Valores Imobiliários (CMVM) e a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF)

² Disponível no *youtube* e *instagram* do Banco de Portugal e também no Portal do Cliente Bancário

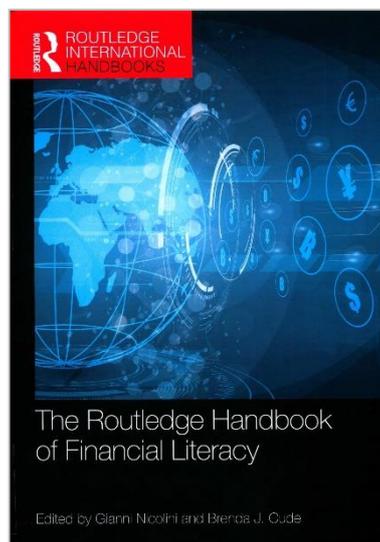
financeira nas escolas. Em 2013 foi publicado o primeiro Referencial de Educação Financeira, em 2014 foi lançado um programa de formação de professores no Continente e nas Ilhas e desde 2015 foram publicados 4 cadernos de educação financeira dirigidos a alunos dos 1º, 2º e 3º ciclos. São também disponibilizados planos de aulas para apoiar os professores na dinamização de iniciativas de educação financeira em contexto escolar.

O PNFF tem inúmeras parcerias que muito têm contribuído para o sucesso das atividades desenvolvidas. Alguns exemplos destas parcerias são com o Ministério da Educação, a CCDR-N, o IEFP, o IAPMEI, a Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, a Direção Geral do Consumidor e, mais recentemente, a Ordem dos Economistas. Por último, não podia deixar de referir a intensa atividade internacional, com a participação e dinamização de reuniões técnicas e *workshops*, e a participação em *advisory boards*, em entidades no âmbito da OCDE, da Comissão Europeia e ainda dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa.

Os desafios para o futuro são muitos, no entanto o BdP continuará a ter um papel ativo na formação financeira e no PNFF cujas prioridades assentam no reforço de parcerias para alargar o público-alvo de diversas iniciativas, não esquecendo a aposta no digital e as questões ligadas à sustentabilidade e às finanças sustentáveis.



Bibliotema • Literacia Financeira



NICOLINI, Gianni; CUDE, Brenda J.

The Routledge handbook of financial literacy

Abingdon : Routledge , 2022. 539 p.
ISBN: 978-0-367-45777-8

The Routledge Handbook of Financial Literacy trata-se de uma obra de referência no âmbito da literacia financeira.

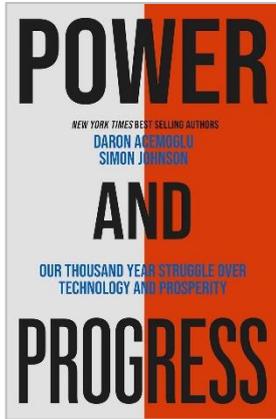
Dividida em seis partes, os primeiros capítulos da obra são dedicados ao enquadramento teórico do conceito de literacia financeira, oferecendo diferentes perspetivas sobre o tipo de conhecimentos e técnicas que engloba, como se quantifica esta capacidade, como se manifesta em diferentes contextos sociais e qual a sua relação com outros fenómenos, nomeadamente na tomada de decisão quando estão em causa responsabilidades financeiras.

Segue-se um estudo mais

detalhado sobre a relação entre a educação e a literacia financeira, com uma análise comparada de métodos e resultados entre diferentes áreas geográficas e contextos socioeconómicos. O último capítulo toca em questões de bem-estar, e aborda temas como a proteção do consumidor, o desenho de políticas públicas que promovam inclusão financeira e incorporem os resultados mais recentes da investigação em economia comportamental.

Com artigos de mais de 50 autores, cada parte poderá ser consultada autonomamente e provará ser útil para académicos, estudantes ou decisores políticos que procurem enriquecer o seu conhecimento nesta área.

Em destaque • Novidades



ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon

Power and Progress: our thousand-year struggle over technology and prosperity

London: Basic Books, 2023. 546 p.
ISBN: 978-1-399-80446-2

Em “Power and Progress”, Daron Acemoglu e Simon Johnson apresentam uma reinterpretação da economia e da história, num desafio às ideias convencionais sobre a evolução tecnológica e o seu impacto na sociedade. Continuando uma linha já seguida, por exemplo, em “Porque as Nações Falham”, os autores voltam a analisar o papel fundamental das

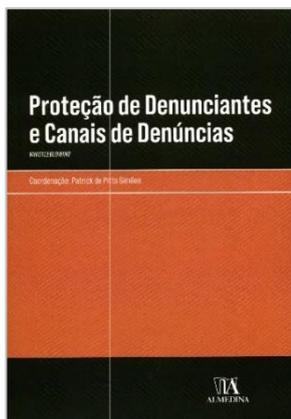
instituições, desta vez na forma como a tecnologia, a economia e o progresso social se relacionam.

Recorrendo a uma análise histórica extensiva, desde a idade média à revolução industrial, Acemoglu e Johnson destacam como, em muitos casos, os avanços tecnológicos beneficiaram desproporcionalmente as elites, enquanto a maioria da população permaneceu à margem dos benefícios. Eles argumentam que não é a tecnologia em si que determina esses resultados, mas sim instituições e estruturas de poder que governam a sua adoção e distribuição.

Assim, enquanto na Idade Média os avanços tecnológicos na agricultura eram apropriados maioritariamente pela nobreza e pelo clero, culminando na construção de magníficas catedrais, enquanto a maioria da população – os camponeses – sobreviviam no limiar de subsistência; na revolução industrial, a acelerada inovação tecnológica coincidiu com uma estagnação dos salários dos trabalhadores e com condições de trabalho extremamente difíceis.

A moderna era digital, com a rápida proliferação de tecnologias de informação e inteligência artificial, é apresentada como um desafio acrescido. Num mundo dominado por gigantes tecnológicos e uma crescente concentração de poder, as promessas da revolução digital correm o risco de serem monopolizadas por uma minoria, com a automação, a recolha de dados generalizada e a vigilância a constituírem sérios riscos para a democracia. No entanto, os autores veem com otimismo uma potencial reconfiguração das forças tecnológicas, que pode levar a uma era de prosperidade partilhada caso se proceda a uma reavaliação das instituições que governam a inovação.

Acemoglu e Johnson enfatizam a necessidade de instituições inclusivas, que permitam e incentivem a participação ampla na economia e na política. Os autores argumentam que, com as instituições certas, a tecnologia pode ser uma força poderosa para o bem, democratizando o acesso à informação, reduzindo as desigualdades e promovendo o bem-estar.



SIMÕES, Patrick de Pitta

Proteção de denunciante e canais de denúncia: whistleblowing

Coimbra: Almedina, 2023. 398 p.
ISBN: 9789894013433

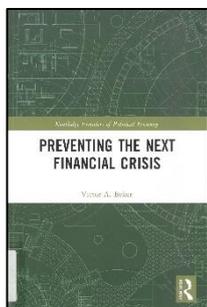
Em 2022 entrou em vigor o pacote legislativo anticorrupção, que inclui o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, e o Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPDI), aprovado pela Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva (UE) 2019/1937, de 23 de outubro, relativa à proteção dos denunciante (*Whistleblowers*).

A presente obra reúne textos de 15 autores que abordam ambos os regimes, com destaque para o segundo, antecipando-se as implicações que surgirão na execução da lei pelas entidades contempladas

por matérias referentes, por exemplo, aos domínios dos serviços, produtos e mercados financeiros e prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, da defesa do consumidor, da proteção da privacidade e dos dados pessoais e segurança da rede e dos sistemas de informação, e da contratação pública.

Deste modo, este trabalho destina-se a juristas e a não juristas, estudantes e profissionais, que pretendam compreender o regime legal que dá suporte à proteção de denunciante nas organizações e à implementação e gestão de canais de denúncias, com vista à operacionalização, em geral, do *Compliance* e, em particular, do *Whistleblowing*.

Novos recursos de informação



BEKER, Victor A.

Preventing the next financial crisis

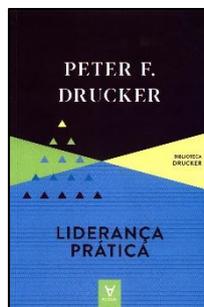
London: Routledge, 2023. 159 p.
ISBN: 978-0-367-75842-4



DOMINGUES, João Pedro da Silva

Interesses (não) lucrativos e sustentabilidade empresarial: que rumo toma(rá) a governação e a responsabilidade civil societária?

Coimbra: Almedina, 2023.
187 p.
ISBN: 978-989-40-1037-1



DRUCKER, Peter Ferdinand

Liderança prática

Coimbra: Actual, 2022. 290 p.
ISBN: 978-989-69-4676-0



GONÇALVES, José Renato

Uma União Europeia de geometria variável: a integração europeia após a crise pandémica (da Covid-19) e a invasão da Ucrânia pela Rússia

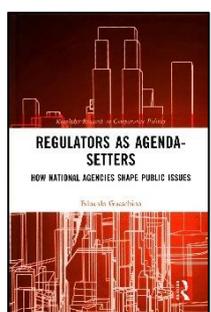
Coimbra: Almedina, 2023.
512 p.
ISBN: 978-989-40-1124-8



GOUVEIA, Jorge Bacelar

Direitos fundamentais: teoria geral e dogmática constitucional

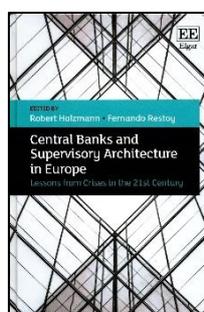
Coimbra: Almedina, 2023. 424 p.
ISBN: 978-989-40-1091-3



GUASCHINO, Edoardo

Regulators as agenda-setters: how national agencies shape public issues

London: Routledge, 2023.
176 p.
ISBN: 978-1-032-18402-9



HOLZMANN, Robert; RESTOY, Fernando

Central banks and supervisory architecture in Europe: lessons from crises in the 21st century

Cheltenham: Edward Elgar, 2022. 237 p.
ISBN: 978-1-80220-888-7

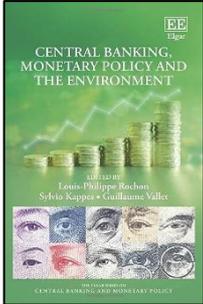


IYENGAR, Sheena

Think bigger: How to innovate

New York: Columbia University Press, 2023. 238 p.
ISBN: 978-0-231-19884-4

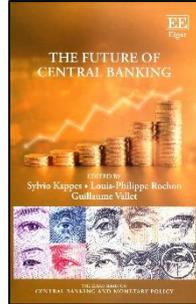
Novos recursos de informação



KAPPES, Sylvio; ROCHON, Louis-Philippe; VALLET, Guillaume

Central banking, monetary policy and the environment

Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2022. 272 p.
ISBN: 978-1-80037-194-1



KAPPES, Sylvio; ROCHON, Louis-Philippe; VALLET, Guillaume

The future of central banking

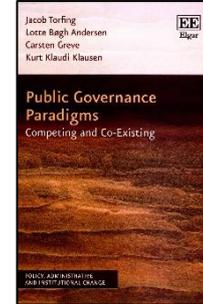
Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2022. 394 p.
ISBN: 978-1-83910-092-5



KLAUW, Wilbert van der; TOPA, Giorgio; BACHMANN, Rüdiger

Handbook of economic expectations

London: Academic Press, 2022. 847 p.
ISBN: 978-0-12-822927-9



KLAUSEN, Kurt Klauwi; GREVE, Carsten; TORFING, Jacob; ANDERSEN, Lotte Bøgh

Public governance paradigms: competing and co-existing

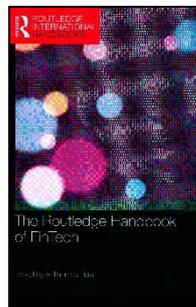
Cheltenham: Edward Elgar, 2021. 228 p.
ISBN: 978-1-80220-218-2



LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes

Digital Services ACT (DSA): O regulamento Europeu 2022/2065 sobre os serviços digitais

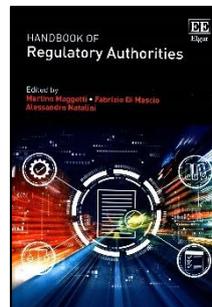
Coimbra: Almedina, 2023. 313 p.
ISBN: 978-989-40-1121-7



LIAW, K. Thomas

The Routledge handbook of FinTech

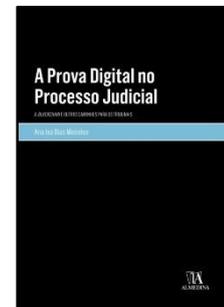
Abingdon: Routledge, 2023. 471 p.
ISBN: 978-0-367-76008-3



MAGGETTI, Martino; NATALINI, Alessandro; DI MASCIIO, Fabrizio

Handbook of regulatory authorities

Cheltenham: Edward Elgar, 2022. 514 p.
ISBN: 978-1-83910-898-3

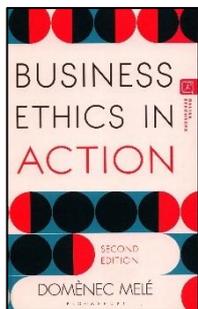


MEIRELES, Ana Isa Dias

A prova digital no processo judicial: a Blockchain e outros caminhos para os tribunais

Coimbra: Almedina, 2023. 226 p.
ISBN: 978-989-40-1154-5

Novos recursos de informação



MELÉ, Domènec

Business ethics in action: managing human excellence in organizations

London: Bloomsbury Academic, 2022. 400 p.

ISBN: 978-1-1376-0917-5



MONCADA, Luiz S. Cabral de

Direito económico

Coimbra: Almedina, 2023. 690 p.

ISBN: 978-972-40-8983-6



MONIZ, Graça Canto

Manual de introdução à proteção de dados pessoais

Coimbra: Almedina, 2023. 331 p.

ISBN: 978-989-40-1048-7

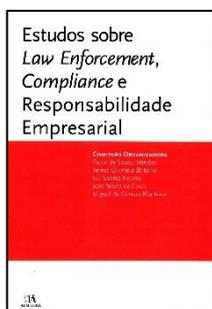


NEVES, Ana Fernanda

Direito da organização administrativa e serviço público

Coimbra: Almedina, 2023. 277 p.

ISBN: 978-989-40-0991-7



Paulo de Sousa Mendes; PEREIRA, Rui Soares; MACHADO, Miguel da Câmara; BRITO, Teresa Quintela de; COSTA, José Neves da; MENDES, Paulo de Sousa

Estudos sobre law enforcement, compliance e responsabilidade empresarial

Coimbra: Almedina, 2023. 500 p.

ISBN: 978-989-40-1093-7

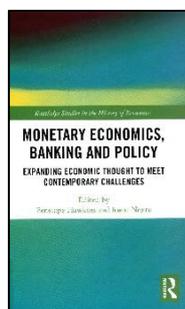


PEDRO, Ricardo; CALIENDO, Paulo

Inteligência artificial no contexto do Direito Público: Portugal e Brasil

Coimbra: Almedina, 2023. 329 p.

ISBN: 978-989-40-1069-2



Penelope Hawkins; NEGRU, Ioana; HAWKINS, Penelope

Monetary economics, banking and policy: expanding economic thought to meet contemporary challenges

London: Routledge, 2022. 242 p.

ISBN: 978-0-367-69565-1



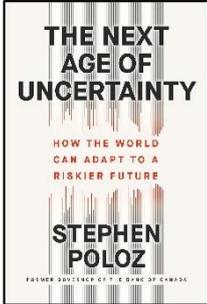
PEREIRA, Paula Rosado; CATARINO, João Ricardo

Fiscalidade internacional: questões atuais

Coimbra: Almedina, 2023. 662 p.

ISBN: 978-989-40-0963-4

Novos recursos de informação



POLOZ, Stephen S.
 The next age of uncertainty: how the world can adapt to a riskier future
 London: Allen Lane, 2022. 294 p.
 ISBN: 978-0-7352-4390-3



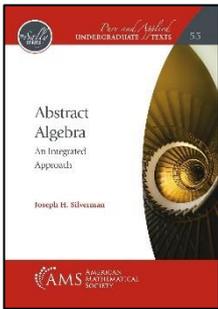
REBELO, Diogo Morgado
 Inteligência artificial e scoring no crédito ao consumo
 Coimbra: Almedina, 2023. 472 p.
 ISBN: 978-989-40-1107-1



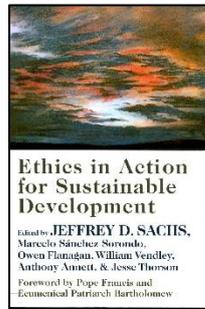
RODRIGUES, André Alfar
 Manual de inovação financeira: uma introdução ao universo das criptomoedas e da blockchain
 Lisboa: AAFDL-Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 2023. 335 p.
 ISBN: 978-972-629-843-4



RODRIGUES, Francisco Miranda; MADURO, Miguel Piores
 Como gerir pessoas: 10 coisas que precisa de saber sobre psicologia para melhorar a sua equipa e o seu negócio
 Queluz de Baixo: Presença, 2023. 156 p.
 ISBN: 978-972-23-7079-0



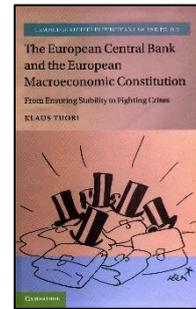
SILVERMAN, Joseph H.
 Abstract algebra: an integrated approach
 Providence, Rhode Island: American Mathematical Society, 2022. 567 p.
 ISBN: 978-1-4704-6860-6



THORSON, Jesse; ANNETT, Anthony; SACHS, Jeffrey D.; SÁNCHEZ SORONDO, Marcelo; FLANAGAN, Owen; VENDLEY, William
 Ethics in action for sustainable development
 New York: Columbia University Press, 2022. 466 p.
 ISBN: 978-0-231-20287-9



TSCHÄPPELER, Roman; KROGERUS, Mikael
 O livro das estratégias: um manual para pôr mãos à obra, manter-se firme e levar tudo até ao fim
 Queluz de Baixo: Marcador, 2023. 175 p.
 ISBN: 978-989-754-593-1



TUORI, Klaus
 The European Central Bank and the European Macroeconomic Constitution: from ensuring stability to fighting crises
 Cambridge: Cambridge University Press, 2022. 334 p.
 ISBN: 978-1-108-48874-7

3.º Workshop de Bibliotecas

(Re)afirmar o papel das Bibliotecas na sociedade

Realizou-se, a 13 de outubro, a 3.ª edição do **Workshop de Bibliotecas do Banco de Portugal**, uma iniciativa da Biblioteca do Banco de Portugal orientada para profissionais da área de Bibliotecas e Ciência da Informação. Sob o mote de **“(Re)afirmar o papel das Bibliotecas na sociedade”**, a Biblioteca procurou retratar as diferentes realidades em que uma biblioteca opera, reunindo para isso contributos de diferentes origens.

A abertura da sessão coube à Administradora Helena Adegas, que salientou a importância da partilha de experiências e saberes no sucesso alcançado por cada instituição.

Joaquín Selgas partilhou uma retrospectiva detalhada do esforço que o Banco de Espanha tem direcionado no sentido de valorizar o seu vasto património bibliográfico.

Ricardo Carvalho (Banco de Portugal) focou a sua exposição na tecnologia suportada pela inteligência artificial, demonstrando as mais recentes ferramentas de curadoria e tratamento de dados, desenvolvidas internamente, bem como algumas das suas possíveis aplicações.

Para finalizar a sessão da manhã, João Paulo Proença (BAD) apresentou as orientações estratégicas que devem pautar a ação das Bibliotecas, do ponto de vista da comunicação, promoção e defesa do seu espaço e valor.



A sessão retomou da parte da tarde com uma breve exposição do percurso seguido pela Biblioteca do Banco de Portugal nos últimos anos, conduzida por Baltasar Cordeiro.

Em seguida, Jorge Revez (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) evidenciou a importância de uma gestão de dados de investigação sistematizada, aberta, transparente e auditável, sendo o bibliotecário um importante agente na execução desta política.

A iniciativa terminou com um panorama único da ação social e cultural desenvolvida pela Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Alentejo junto da comunidade em que se insere, apresentado por Maria Armada Salgado, que demonstrou como a proximidade e a confiança são muito mais que simples desejos.

A todos os participantes e oradores, a Biblioteca do Banco de Portugal endereça um caloroso agradecimento, pelas exposições, questões e demais contributos registados.

Biblioteca

Mais de 70 000 monografias

Mais de 1500 títulos de periódicos

Recursos eletrónicos

Relatórios e contas

Instruções do Banco de Portugal

Legislação nacional e comunitária

Coleção de obras impressas entre os sécs. XVII e XIX

Obras editadas pelo Banco de Portugal

Pesquisas efetuadas por especialistas

Acesso à *Internet*

Sala de Leitura

R. Francisco Ribeiro, 2

1150-165 Lisboa

Horário:

2.ª a 6.ª feira

9h00 – 16h30

T +351 213 130 626

biblioteca@bportugal.pt